

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.020 - RS (2019/0299440-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RS080025A
AGRAVADO : NELSON SCHUMANN
ADVOGADOS : CRISTINA KAISER DOS SANTOS - RS063656
CAROLINE MARQUES BARATZ - RS062425

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL S.A. em desafio à decisão que inadmitiu recurso especial, este manejado com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (e-STJ, fls. 207/208):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. POUPANÇA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IDEC.

1. ILEGITIMIDADE ATIVA. INOCORRÊNCIA. É prescindível a demonstração, pelo poupador, de eventual vinculação ao IDEC, ante a inexistência de previsão legal nesse sentido. Ademais, tal questão restou pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.391.198/RS, apreciado pelo rito dos Recursos Repetitivos, o qual definiu que a decisão prolatada na ação civil pública possui eficácia para todo o território nacional e para todos os poupadores, associados ou não do IDEC.

2. LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. INOCORRÊNCIA. A abrangência dos efeitos da decisão proferida pela 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília possui eficácia para todo e qualquer prejudicado pelos fatos debatidos, mesmo que não residentes na circunscrição do juízo prolator, nos termos do art. 103 do Código de Defesa do Consumidor e do Tema 723-STJ, oriundo do paradigma REsp 1.391.198/RS.

3. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. O Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.370.899/SP, que produziu o Tema 685 do ementário dos Recursos Repetitivos definiu que os juros de mora devem ser computados desde a data da citação do devedor na ação civil pública.

4. JUROS DE MORA - ÍNDICES APLICÁVEIS. O regramento aplicável entre a citação na ação civil pública e a vigência do atual Código Civil, em relação aos juros de mora, é o de 6% ao ano, forte no art.

1.062 do Código Civil de 1916. A partir da vigência do atual Código Civil - 11/01/2003 -, incidem os juros à razão de 12% ao ano, forte no art. 406 do CC/2002 c/c art. 161, §1º, do CTN. Ausência de demonstração, por parte do agravante, da incidência de forma diversa.

5. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO COMANDO SENTENCIAL. Os juros remuneratórios, dada a sua natureza compensatória, necessitam constar expressamente no título para serem executados. Assim, inexistindo previsão desta rubrica na Ação Civil Pública promovida pelo IDEC, descabe a inclusão de juros remuneratórios nos cálculos de liquidação relativamente ao Plano Verão (janeiro de 1989), conforme definido no Tema 887 – STJ, oriundo do paradigma REsp 1.392.245/DF.

6. ATUALIZAÇÃO PELOS ÍNDICES DE POUPANÇA.

O simulador de cálculo utilizado pela parte autora aplica corretamente a atualização monetária pelos índices oficiais da poupança. Recurso desprovido, no particular.

7. APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE 20,36% EM JANEIRO DE 1989 E DE 10,14% EM FEVEREIRO DO MESMO ANO. LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA. INOVAÇÃO RECURSAL. Analisando os autos eletrônicos verifica-se que nada foi mencionado na impugnação ao cumprimento de sentença acerca dos pedidos supramencionados. Tais questões somente vieram a ser formuladas nas razões do presente agravo, o que configura inovação recursal. Recurso não conhecido no ponto.

8. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Incidem honorários advocatícios na fase de cumprimento da sentença, a teor dos artigos 520, §2º e 523, §1º, ambos do CPC/2016. No caso, não houve o pagamento do débito no prazo do art. 523 do CPC/2016, mas mero depósito de valores para garantia do juízo, o qual não se equipara ao pagamento voluntário na forma do dispositivo citado, tanto que oposta impugnação, sendo, portanto, devida a verba honorária para a fase de cumprimento de sentença.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO."

Em suas razões, o recorrente aponta violação dos arts. 219, 267, VI, 475-B, e 586 do CPC/2015; 95, 97 e 98 do CDC, além de dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em suma, os seguintes aspectos: a) necessidade de prévia liquidação da sentença coletiva; b) incompetência do juízo para o cumprimento de sentença, diante da limitação territorial dos efeitos do julgamento proferido na ação coletiva; c) os juros de mora

devem incidir a partir da citação do recorrente no cumprimento de sentença; e d) impossibilidade de utilização da Tabela Prática do TJRS para atualização do débito.

Em juízo de admissibilidade, o Desembargador 3º Vice-Presidente do Tribunal local negou seguimento ao recurso em relação à incompetência do juízo para a fase de cumprimento e ao termo inicial dos juros de mora, com base no art. 1.030, I, "b", do CPC/2015, e o inadmitiu quanto à questão relacionada à utilização da Tabela Prática do TJRS, diante da aplicação da Súmula 284/STF e no tocante a necessidade de liquidação da sentença coletiva, por falta de prequestionamento.

Contra tal *decisum* foi interposto o presente agravo em recurso especial impugnando os óbices aplicados às questões não admitidas.

É o relatório. Passo a decidir.

Consta do acórdão atacado, no que interessa (e-STJ, fl. 223):

"Aplicação do índice de 20,36% em janeiro de 1989 e de 10,14% em fevereiro do mesmo ano. Liquidação da sentença. Inovação recursal.

Analisando os autos eletrônicos, verifica-se que na impugnação ao cumprimento de sentença das fls. 213-231, nada foi mencionado acerca da aplicação dos índices de 20,36% e 10,14% aos meses de janeiro e fevereiro de 1989, respectivamente, tampouco da necessidade de liquidação da sentença exequenda. Tais alegações somente vieram a ser formuladas nas razões do presente agravo, o que configura inovação recursal."

Como se observa, o Tribunal de origem consignou que houve inovação recursal quanto à alegada necessidade de liquidação da sentença coletiva, do que resultaria a impossibilidade de análise dessa matéria por aquela Corte.

No apelo extremo, porém, o recorrente não se insurge contra tal fundamento central que lastreou o acórdão proferido pelo Tribunal de origem, o que caracteriza deficiência na fundamentação por inobservância da técnica própria e impede a análise do recurso, diante da incidência da Súmula 284/STF.

O mesmo óbice incide em relação à utilização da Tabela Prática do TJRS, porquanto não apontado o dispositivo de lei eventualmente violado ou ao qual foi dada interpretação divergente, impedindo o conhecimento do recurso no ponto.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ,

Superior Tribunal de Justiça

conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília/DF, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator